

POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO EM UNIÃO DOS PALMARES: projeto de pesquisa do PIBIC

Tássia Graça Silva de Oliveira¹
Cleisiane da Silva²
Maria das Graças Correia Gomes³

Resumo

Este artigo de pesquisa tem como objetivo de análise as políticas de alfabetização no município de União dos palmares e de que forma essas políticas chegam às escolas para alfabetizar as crianças de 6 e 7 anos nos anos iniciais do ensino fundamental. Inicialmente haverá um estudo sobre o que são políticas públicas no aporte de Azevedo (2004), Muller e Surel (2002), Souza (2007), relacionando-as as políticas educacionais. Haverá, também, um estudo sobre as teorias de alfabetização dialogando com Ferreiro (1995-2000) Faraco (2012), Soares (2014) e outros. A abordagem da pesquisa será qualitativa, com a utilização de instrumentos de pesquisa, tais como: entrevista semiestruturada e atividades de alfabetização para as crianças, os quais servirão para a coleta de dados, utilizando o método crítico e interpretativo para análise desses dados.

Palavras-chave: Políticas públicas - Políticas educacionais – Alfabetização - Políticas de alfabetização.

1 Introdução

O Brasil ainda possui 11,8 milhões de analfabetos (IBGE, 2016), o que significa uma população significativa que não se alfabetizou na idade considerada certa para ocorrer o processo de alfabetização. Segundo Soares (2014) muitos debates foram travados com o intuito de saber qual o método ideal para alfabetizar as crianças, com o passar dos anos os estudos foram se aprofundando e novas propostas foram aprovadas para conter o grande número de reprovação que ocorria na antiga 1º série do ensino fundamental, acarretando desestímulo, abandono e evasão. Uma das que podem ser evidenciadas é o aumento de anos no ensino fundamental, que passou de 8 para 9 anos de acordo com a lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, a intenção era que a criança ao entrar no ensino fundamental aos 6 anos teria um tempo maior para o processo de alfabetização, garantindo um ciclo de alfabetização de 3 anos sem interrupções, ao entrar com 6 anos no primeiro ano, ela teria mais 2 anos no aprimoramento da leitura e da escrita, todavia, mesmo com o aumento dos anos e a entrada mais cedo das crianças na escola de ensino

¹ Graduanda de Pedagogia e bolsista do PIBIC/UNEAL/CAPES da Universidade Estadual de Alagoas

² Graduanda de Pedagogia e bolsista do PIBIC/UNEAL/CAPES da Universidade Estadual de Alagoas

³ Professora adjunta da Universidade Estadual de Alagoas e líder do grupo de pesquisa Gestão, Avaliação e Políticas Públicas - GAPP

fundamental, o quadro não mudou. Em 2012 é lançado o programa Nacional de alfabetização na idade certa- PNAIC- através da portaria N° 867, de 4 de julho de 2012, como expõe o art. 1°:

Fica instituído o pacto Nacional pela alfabetização na idade certa pelo qual o ministério da educação (MEC) é as secretarias estaduais, distrital, e municipais de educação reafirmam e ampliam o compromisso previsto no decreto n° 6. 094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3° ano do ensino fundamental.

Em 2019 o programa não teve continuidade, muitos municípios aderiram ao programa e uma das ações era a formação continuada para os professores dos três primeiros anos dos anos iniciais, por isso a necessidade de um estudo que busque conhecer qual a política de alfabetização adotada pelo município de União dos palmares para alfabetizar as crianças de até 7 anos, esta idade foi instituída pela base nacional comum curricular (BNCC, 2017) para o estudante ser alfabetizado.

A BNCC foi aprovada em 2017, como um direcionamento de quais os objetos de conhecimento são essenciais para a educação básica, os anos de 2018 e 2019 são para a organização do referencial curricular de cada estado, município e Distrito Federal, com implantação em 2020. No documento a alfabetização é um processo crucial nos 1° e 2° anos do ensino fundamental (BNCC, 2017)

Em 2018, outra política é criada, o programa mais alfabetização, com o intuito de contribuir para que os municípios alfabetizem suas crianças nos dois primeiros anos do ensino fundamental. De acordo com a portaria n° 142, de 28 de fevereiro de 2018 o programa é uma estratégia do ministério da educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1° ano e no 2° ano do ensino fundamental.

Todas essas temáticas fazem parte da discussão da disciplina “**alfabetização e letramento**” do curso de pedagogia no campus V, principalmente no que diz respeito às políticas adotadas pelos governos nas instâncias: nacionais, estaduais e municipais. Dessa forma o grupo de pesquisa que tem como focos: gestão, avaliação e políticas públicas, busca compreender com o município de União dos palmares vem tratando a alfabetização, qual a política desenvolvida, como se dá a formação continuada aos professores que

atuam no 1º e 2º anos do ensino fundamental, qual a linha teórica sobre alfabetização é adotada pela rede e como se dá a prática pedagógica dos professores alfabetizadores.

O processo de elaboração das políticas públicas torna visível a ação dos grupos com interesses distintos que buscam atender às suas necessidades. Ao analisar uma política pública, é preciso saber que a elaboração de uma ação pública (policy) é decidida em um contexto de relações de poder determinada pela dimensão processual, politics (AZEVEDO, 2004), que envolvem grupos partidários, movimentos sociais, cargos políticos e outros segmentos com interesses específicos.

Assim, surgem no próprio processo de formulação das políticas públicas ideias divergentes em decorrência do antagonismo de classes sociais. Essa dicotomia ocorre devido à participação de diferentes grupos sociais na elaboração das políticas públicas. Assim, todos os elementos expostos acima servirão de objeto de análise na pesquisa com o intuito de retornar os resultados aos gestores da secretaria de educação para que possam desenvolver políticas de alfabetização voltadas para sua realidade local, em que todos aqueles que estão nas salas de aula das escolas públicas no município de União dos Palmares tenham condições de finalizar com êxito a educação básica.

2 Problema de pesquisa.

Há um grande número de estudantes de escola pública que chegam ao ensino médio sem o domínio da leitura e da escrita, apresentam dificuldades em compreender o que se está lendo, comprometendo sua formação e o acesso ao mercado de trabalho. Para que este quadro mude, faz-se necessário um trabalho efetivo nos primeiros anos do ensino fundamental, é preciso garantir não apenas o acesso à escola, mas, também, a permanência nela com aprendizado.

Desta forma, Qual a política de alfabetização adotada pela Secretaria de Educação de União dos Palmares e como acostar-se às escolas para alfabetizar os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental? Seguem as políticas locais ou nacionais?

Tais questionamentos servirão também como reflexão para a formação dos pedagogos na universidade, estes podem atuar na educação infantil e no ensino fundamental e serão possíveis professores alfabetizadores.

3 Hipóteses.

O município não tem uma proposta pedagógica específica para alfabetização, muitos professores chegam com sua formação inicial e não ocorrem discussões da prática, formações continuadas em um viés teórico-prático. E sem um processo de reflexão-ação-reflexão o ensino e aprendizagem se distanciam e os discentes não conseguem aprender. Além disso, há também as limitações econômicas, sociais e culturais dos que frequentam a escola pública, e o tempo na escola de 4 (quatro) horas não tem condições de suprir essas carências.

Por outro lado, muitas escolas públicas não dispõem de recursos materiais e de pessoas para oferecer as melhores condições aos discentes e facilitar sua aprendizagem, e com isso muitos passam de um ano para outro sem ter compreendido os conhecimentos do ano em que cursou.

Devido à situação financeira do município há uma adesão as políticas nacionais, que, muitas vezes as aceitam sem adaptar a sua realidade local e apresentam dificuldades em avaliar se a política conseguiu atingir os objetivos desejados.

E ocasiona a adesão às políticas de alfabetização sem um avaliar crítico de como adaptar essa política à realidade local, seguindo as determinações das políticas nacionais que possuem um direcionamento único para todos os municípios do país.

4 Justificativa

O domínio da alfabetização nos anos iniciais pelos estudantes é imprescindível em seu processo na educação básica, sem ela o abandono à escola é quase inevitável, muitas crianças entram na escola e não conseguem ler e escrever, ocasionando estereótipos que carregam em toda sua vida e como consequência, jovens e adultos analfabetos.

Portanto, o interesse da pesquisa é compreender como o município está investindo em alfabetização das crianças de 6 (seis) a 8 (oito) anos, que políticas foram adotadas, são políticas advindas do governo federal e/ou do próprio município, e também ver na prática como os professores estão alfabetizando.

Todo o material pesquisado será analisado para conhecimento da comunidade acadêmica e principalmente da secretaria de educação do município para refletir sobre as políticas desenvolvidas, pontos que precisam ser revisitados e ações que poderão ser

planejadas no intuito de uma perspectiva de alfabetização que possibilite o conhecimento dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

O interesse da pesquisa é puramente científico, não tem intenção de denúncia ou desvalorização da escola pública, pelo contrário, refletir criticamente sobre as políticas educacionais e quais caminhos viáveis para o acesso e permanência dos que procuram essa escola, garantindo o aprendizado ao que se propõe.

É necessário que o município tenha uma política de alfabetização que seja permanente e contínua, uma política de estado, ao contrário do que ocorre na realidade com políticas de governo que a cada mudança de gestão são modificadas.

5 Revisão teórica

Desde a constituição de 1988, dentre os muitos desafios na educação está à erradicação do analfabetismo, após mais de 30 anos ainda é algo preocupante, os governos propunham as políticas através de programas, foram inúmeros nas três décadas. No que diz respeito à alfabetização de crianças nos anos iniciais, os mais recentes foram o PNAIC e o Programa mais alfabetização divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), para adesão dos municípios e com objetivo principal alfabetizar os estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental. Para Soares (2014) a qualidade da alfabetização está em políticas que busquem não só os aspectos dos conhecimentos psicológicos, psicolinguísticos, linguísticos e sociolinguísticos, mas, também questões ideológicas e políticas, para a autora, faltam uma ideologia e uma política para a alfabetização da criança brasileira.

Algumas pesquisas relacionadas à alfabetização no século XX apontam que no Brasil a alfabetização foi centrada na ‘história dos métodos de alfabetização’, pois se tornou preocupante o grande número de crianças com dificuldades em conseguir ler e escrever nas últimas décadas, levando então essa problematização a um só questionamento; “quais são as causas desses fracassos?” (SOARES, 2014, pag.14)

A alfabetização sempre foi tema de debates e de muitas pesquisas, uma das estudiosas que revolucionou a alfabetização na década de 80 do século XX no Brasil, indo de encontro aos métodos tradicionais de alfabetização, foi Ferreiro (1985), com a reflexão sobre a psicogênese da escrita e com críticas aos métodos tradicionais de alfabetização na utilização do processo de codificação e cópia.

Com os estudos mais aprofundados surge um novo paradigma nesse processo, o letramento, que extrapola a alfabetização, para Faraco (2012) aprender as práticas escritas é uma complexa experiência que faz parte do conhecimento que não inicia e nem termina com a alfabetização, para o autor a alfabetização é um momento específico de aprendizado do sistema de registros gráficos.

Soares (2004) na sua concepção não vê um distanciamento entre alfabetização e letramento, termos que na prática pedagógica andam conjuntamente para a utilização da escrita e da leitura em contextos sociais, e que viabilizam o acesso a uma cultura letrada no conhecimento dos diversos gêneros textuais que circulam na sociedade e que extrapola a simples codificação, memorização e cópia.

Portanto, uma política educacional ao ser elaborada não possui neutralidade, pelos seus constructos teóricos conhecemos sua pretensão e objetivos aos que irão receber tal política, por isso a importância de analisar uma política de alfabetização e de como é viabilizada no cotidiano da escola pública.

6 Resultados esperados

Ao analisar as políticas de alfabetização do município de União dos Palmares, com estudos teóricos e coleta de dados in loco haverá um retorno ao município para expor os resultados da pesquisa, como forma de contribuição para repensar uma política de alfabetização.

Além disso, o referencial teórico utilizado, bem como os dados coletados, servirão como suporte para a construção dos textos científicos, nesse contexto é preciso compreender como as categorias selecionadas ajudarão na organização dessa análise, na busca de explicar os fenômenos identificando suas partes, suas variáveis e a relação entre as mesmas, a luz das teorias crítico - dialéticas.

Os artigos científicos construídos serão publicados em revistas ou livros, com apresentações em eventos nacionais e/ou internacionais e poderão fazer parte de projetos para TCC, ou mesmo a inserção dos estudantes/pesquisadores no mestrado

Referências.

- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de e SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional. Revista Brasileira de Educação, v. 14, nº 42, set/dez, 2009.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de e AGUIAR, Márcia Ângela. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. Educação e Sociedade, Dez 2001, vol.22, no.77, p.49-70. ISSN 0101-7330.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Portal do MEC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso em 03 de jun 2018.
- _____. Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa. Portal do MEC. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/pnaic-pacto-nacional-pela-alfabetizacao-na-idade-certa/> acesso em 21 de set 2018.
- _____. Programa Mais alfabetização. Portal CAED. Disponível em: <https://maisalfabetizacao.caeddigital.net/#!/pagina-inicial> acesso em 14 de novembro de 2018.
- COHEN, E. & FRANCO, R. Avaliação de Projetos Sociais. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DIÓGENES, Elione M. N. Avaliação de Políticas Públicas: Interface entre Educação e Gestão Escolar. Maceió: EDUFAL, 2011.
- FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. Coleção polêmicas do nosso tempo 17. São Paulo: Cortez, 1995.
- FARACO, Carlos A. Linguagem escrita e alfabetização. São Paulo: contexto, 2012
- GAMBOA, Silvio S. Pesquisa em educação: métodos e epistemologia. Chapecó: Argos, 2007. IBGE. Apoio para o release: analfabetos no Brasil, 2016. Disponível em: . Acesso em: 26 nov. 2018.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização? Revista de economia política, vol. 26, nº 4 (104), p. 564-574, outubro-dezembro/2006.

MULLER, P. e SUREL, Y. Análise das políticas públicas; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: EDUCAT, 2002.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (orgs.) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.